

## PROJETO DE LEI Nº 5.851 DE 2016

Disciplina o aproveitamento de carcaças de animais de produção e resíduos animais no campo para fins agropecuários e industriais.

### SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei disciplina o aproveitamento de carcaças de animais de produção mortos e de resíduos animais para fins agropecuários e industriais, estabelecendo requisitos mínimos para a gestão desses resíduos.

Parágrafo único. Os resíduos de que trata o caput são compostos pelas carcaças de animais mortos em condições usuais, com exceção das mortes causadas por Doenças Animais de Notificação Obrigatória ao Serviço Veterinário Oficial.

Art. 2º Os animais mortos devem ser recolhidos o mais breve possível, antes do início da autólise, e serem direcionados a locais adequados para o recebimento.

Parágrafo Único. Deve-se assegurar que as carcaças e demais resíduos animais sejam obtidos e estejam em condições apropriadas para sua destinação à Fábrica de Processamento de Resíduos Orgânicos.

Art. 3º É autorizado o estabelecimento de entrepostos destinados ao transbordo do material, não sendo permitida a manipulação do material coletado.

Parágrafo Único. O entreposto a que se refere o caput deste artigo deverá se adequar à regulamentação específica dos órgãos federal e estaduais de Inspeção e de Defesa Sanitária Animal.

Art. 4º É de responsabilidade das Fábricas de Processamento de Resíduos Orgânicos o treinamento dos funcionários para o manuseio correto das carcaças nos estabelecimentos rurais participantes do sistema.

Art. 5º O transporte das carcaças e dos resíduos animais para a Fábrica de Processamento de Resíduos Orgânicos será realizado em veículos cobertos, vedados e identificados, de forma a se evitar o derramamento de líquidos.

§ 1º O veículo deverá ser periodicamente inspecionado quanto à sua integridade, para evitar vazamentos ou outras contaminações.

§ 2º Os motoristas devem estar adequadamente uniformizados e os operadores devem estar treinados para higienização dos containers após transporte e descarregamento de carcaças e resíduos nas Fábricas de Processamento de Resíduos Orgânicos.

Art. 6º O processo de reciclagem deve gerar produtos sólidos, gordura e água, podendo os sólidos e gorduras serem utilizados como ingredientes para a fabricação de adubos, biodiesel, produtos de higiene e limpeza e para a indústria química, devendo a água e outros resíduos seguirem para o sistema de tratamento de efluentes.

Art. 7º As Fábricas de Processamento de Resíduos Orgânicos devem ser inspecionadas pelo Serviço de Inspeção Federal – SIF, Serviço de Inspeção Estadual – SIE, ou Serviço de Inspeção Municipal – SIM.

§ 1º Os serviços de que trata o caput deste artigo trabalharão de forma articulada, podendo delegar a competência para a inspeção a profissionais qualificados.

§ 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá realizar auditorias com o objetivo de avaliar a conformidade dos controles e atividades efetuados pelo SIE e SIM.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 19 de abril de 2017.

Deputado SERGIO SOUZA  
Presidente